

Dívida terá conversão só até US\$ 100 milhões

BRASÍLIA — O governo decidiu limitar em US\$ 100 milhões ao ano a conversão de dívida externa para aplicação em projetos de interesse ecológico. O dinheiro entrará no país com desconto ainda a ser definido e se destinará a um fundo administrado pelo governo federal. Esse fundo escolherá os projetos que receberão financiamentos. O limite ficou decidido em encontro ontem, no final da tarde, entre o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e o secretário de Administração, Carlos Garcia, também secretário-executivo da Rio-92.

A decisão de limitar em níveis baixos a conversão da dívida se deve à necessidade de evitar pressão inflacionária, pois o Banco Central seria obrigado a injetar no mercado, em cruzeiros, o equivalente à conversão. No governo Sarney, a conversão era limitada em US\$ 150 milhões ao mês. Agora, desce para US\$ 100 milhões ao ano.

Pela manhã, na reunião setorial sobre a Rio-92, que inaugurou o salão oval do Palácio do Planalto, o ministro Marcílio havia sugerido que, antes de determinar o limite em dólares para a conversão da dívida, o governo deveria avaliar a experiência em um projeto-piloto. O presidente Collor encomendou então estudo sobre critérios, prazos, limites e mecanismos para a conversão, que será apresentado, no máximo, na próxima reunião setorial da Rio-92, em duas semanas. O presidente decidiu promover duas reuniões mensais da Rio-92, às segundas-feiras.

Incentivos — Collor decidiu na reunião editar, talvez ainda hoje, novo decreto para definir com clareza a determinação do governo de limitar os

incentivos fiscais a projetos agropecuários na Amazônia. A decisão se deve a críticas feitas durante a reunião pelo secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger. Decreto recente da Secretaria de Desenvolvimento Regional criando incentivos foi muito criticado pelos ecologistas americanos na semana passada, porque poderia estimular o desmatamento na Região Amazônica.

A presidente do Ibama, Tânia Munhoz, foi encarregada de preparar, em 30 dias, anteprojeto consolidando toda a legislação ambiental existente no país. Collor considera a Rio-92 o momento adequado para que se discuta qual o modelo de desenvolvimento que interessa ao mundo.

O secretário Carlos Garcia apresentou documento listando as providências necessárias para a realização da Rio-92, incluindo um adiantamento de US\$ 2 milhões, em março próximo, para cobrir as despesas com a transferência da sede da conferência para o Rio de Janeiro.

☐ O presidente Fernando Collor vai proibir novos incentivos fiscais para projetos agropecuários em áreas de floresta tropical úmida na Amazônia Legal. O presidente Fernando Collor recebe hoje minuta de decreto proibindo incentivos para projetos que tenham em seu cronograma planos de desmatamento da floresta nativa. Com isso, Collor acata solicitação do secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, que ontem criticou esses incentivos na reunião setorial da Rio-92.